

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tiradentes Geração de Energia S.A., constituída em 11 de dezembro de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Rodovia MG 402, S/N, KM 53, bairro de São Francisco, município de São Francisco, estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social a instalação de máquinas e equipamentos industriais; geração de energia elétrica; manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente; e aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente.

Em julho de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e implantação da usina e iniciou a sua operação comercial.

Em junho de 2020, a Companhia passou por uma mudança em seu comando societário, sendo adquirida pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I, gerido pela Casa Forte Investimentos S.A.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09.

A emissão destas demonstrações financeiras e notas explicativas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos biológicos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, deduzidos das despesas com vendas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

2.1.5. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas dos tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas com base no lucro presumido. O percentual de presunção utilizado foi de 32% sobre o faturamento bruto. As alíquotas de 15%, mais adicional de 10% para o IRPJ, e 9% para CSLL, incidiram respectivamente, sobre o lucro presumido encontrado.

Tributo sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 3,65%. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. Vide nota explicativa nº 13.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 3).

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A adoção do CPC 48 alterou a forma como as Companhias contabilizavam as perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada para o futuro. O CPC 48 exige que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A Companhia não possui itens vencidos que se faça necessário constituir provisões por redução ao valor recuperável de seu ‘Contas a receber de clientes’.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores; (Nota 10)
- Empréstimos e financiamentos; (Nota 11)
- Obrigações Tributárias.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada considerando a melhor estimativa da entidade quanto à duração econômica do ativo, refletindo sua obsolescência e desgaste ao longo do tempo.

2.2.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.2.7. Arrendamentos

Com a nova norma do CPC 06 (R2)/IFRS16 - Arrendamentos (substitui o pronunciamento CPC 06 (R1)/IAS17), os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

2.2.8. Novas normas e interpretações

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelo CPC. As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*); e
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 - R2) e IFRS 7 (CPC 40 - R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas efetuadas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ademais, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Empresa ainda está avaliando os possíveis impactos, se houver, em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) - Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 - R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 - R3), abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7 (CPC 03 - R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 - R1) - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Banco conta movimento	478.203	573.609
Aplicações financeiras (a)	324.667	138.344
	802.870	711.953

(a) As aplicações financeiras não automáticas registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes a caixa estão representadas por recursos aplicados em Fundos de Investimentos, cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, por um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança no seu valor.

Não há saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

4. Contas a receber

	2024	2023
Consórcio Tiradentes	-	451.396
	-	451.396

Os valores de contas a receber são referentes aos aluguéis das unidades geradoras de energias na Fazenda Solar.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Tributos a recuperar

	2024	2023
IR diferido s/ aplicação financeira	35.712	23.188
IOF diferido s/ aplicação financeira	320	-
	36.032	23.188

6. Aplicações financeiras vinculadas

	2024	2023
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	964.951	883.019
	964.951	883.019

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), remunerados a taxa média de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte um banco com alto rating. Estão classificadas no não circulante em virtude de estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido pela instituição financeira para concessão do empréstimo, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

Em 31 de dezembro de 2024, parte do saldo de aplicações financeiras, no montante de R\$ 964.951, está dado em garantia ao contrato de financiamento com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

7. Despesas antecipadas

	2024	2023
Custos com garantia a apropriar (a)	797.518	830.274
Seguros a apropriar (b)	49.761	42.010
	847.279	872.284

(a) As despesas antecipadas referentes a custos com garantia a apropriar são valores pagos antecipadamente pela obtenção de garantias bancárias para cumprimento de obrigações contratuais.

(b) As despesas antecipadas referentes ao seguro são custos pagos a antecipadamente por uma apólice de seguro que beneficia a entidade por um período futuro.

Essas despesas são registradas como ativos e, ao longo do tempo, são gradualmente reconhecidas como despesas no resultado do período conforme o seguro é consumido.

8. Imobilizado

Item	Taxas	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	4 %	26.353.813	(5.869.147)	20.484.666	21.518.022
		26.353.813	(5.869.147)	20.484.666	21.518.022
					Máquinas e equipamentos
Taxa de depreciação (a.a.)					4,0%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023					22.566.046
(+) Adições					5.223
(-) Depreciações					(1.053.247)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023					21.518.022
(+) Adições					20.126
(-) Depreciações					(1.053.482)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024					20.484.666

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1. Análise de recuperabilidade do imobilizado (*impairment*)

Não foram identificadas evidências internas e/ou externas que suscitassem indicativos de *impairment*, estabelecidos pelo CPC 01 (R1), motivo pelo qual a Companhia não testou o valor recuperável do saldo líquido do ativo imobilizado.

9. Direitos de uso de bens

	Ativos de direito de uso (arrendamento)
Taxa de depreciação (a.a.)	3,22%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	790.038
(-) Depreciações	(43.538)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	746.500
(-) Depreciações	(43.539)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	702.961

A Companhia possui o direito de uso do imóvel onde está instalada a Usina Solar pelo prazo de 31 anos. Trata-se da Fazenda Santa Tereza, onde a Companhia pretende executar suas atividades após o início de suas operações. Considerando que o ativo objeto do arrendamento é facilmente identificável, que a Companhia obtém os benefícios econômicos e gerencia o seu uso, foi aplicado o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e reconhecido o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento.

O ativo denominado 'Direito de Uso' é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. Já o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade.

A taxa utilizada para determinação do valor presente do ativo de direito de uso, foi o IGPM, conforme contrato de arrendamento.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

9.1. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como ativo imobilizado, conforme segue:

Ativo arrendado	Início	Vencimento
Fazenda Santa Tereza	Dez-2017	Jun-2042

A movimentação dos ativos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Saldo inicial	746.500	790.038
Despesa de amortização do exercício	(43.539)	(43.538)
Saldo final	702.961	746.500

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Passivos de arrendamento

A movimentação dos arrendamentos a pagar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Saldo inicial	650.348	712.991
Juros incorridos	21.755	19.039
Pagamentos	(85.457)	(81.682)
Saldo final	586.646	650.348
Circulante	59.986	59.928
Não circulante	526.660	590.420

Após a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia apresentou passivos de arrendamento separadamente de outros passivos no balanço patrimonial. Alternativamente, uma entidade (arrendatário) pode optar por apresentar passivos de arrendamento dentro de 'Empréstimos e financiamentos'.

O cronograma de amortização dos pagamentos em 31 de dezembro de 2024 apresenta a seguinte composição:

	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento
Menos de um ano	85.457	(25.471)	59.986
Entre um e cinco anos	427.286	(164.114)	263.172
Mais de cinco anos	681.149	(417.661)	263.488
	1.193.892	(607.246)	586.646

9.3. Opções de prorrogação

O contrato de arrendamento de propriedade contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

10. Fornecedores

	2024	2023
G3 Soluções em engenharia Eireli Me	2.494	-
G.C. Comercio de Produtos Eletronicos Ltda	-	2.435
Marco Alexandre Nunes Pereira	26.208	-
Matheus Frederico Assis Oliveira	433	-
Rafaella de Barros Ribeiro Nogueira	661	-
Comercial Eletrica P.J Ltda	13.141	-
	42.937	2.435

A conta de fornecedores compreende as obrigações com fornecedores diversos, provisionados pela transferência da propriedade das aquisições de mercadorias, serviços e outros. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre eles.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimento	2024	2023
BDMG (*) Contrato 250.330	Real	Ago-2028	3.295.635	4.194.529
BDMG (*) Contrato 250.396	Real	Ago-2028	3.195.761	4.065.403
			6.491.396	8.259.932
Circulante			1.800.048	1.809.328
Não circulante			4.691.348	6.450.604

(*) Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a taxas pré-fixadas e pós-fixadas que variam entre 5,5% e 6,5% e referem-se, basicamente, a créditos destinados à implantação da usina de geração fotovoltaica, para os quais foram dados em garantia das operações:

- Cessão fiduciária da totalidade das ações da Companhia;
- Cessão fiduciária dos recebíveis oriundos da Companhia;
- Cessão fiduciária de conta reserva em aplicação financeira com saldo equivalente de no mínimo R\$ 964.951 (Nota 6); e
- Propriedade fiduciária dos equipamentos da Companhia.

11.1. Cronograma de amortização da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte composição:

Vencimento	2024	2023
2025	-	1.760.000
2026	1.759.256	1.759.256
2027	1.759.256	1.759.256
2028	1.172.836	1.172.092
	4.691.348	6.450.604

11.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está assim representada:

	2024	2023
Saldo inicial	8.259.932	10.043.412
(+) Juros incorridos	1.096.143	1.452.291
(-) Pagamento de principal e juros	(2.864.679)	(3.235.771)
Saldo final	6.491.396	8.259.932

11.3. Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As principais cláusulas contratuais restritivas dos empréstimos e financiamentos são:

- Necessidade de contratação de seguros das instalações industriais;
- Anuência da instituição financeira credora para mudança de controle acionário; e
- Manutenção de fundo de liquidez em conta reserva em instituição financeira, no montante mínimo equivalente a R\$ 845.237, durante todo o prazo do financiamento.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até 31 de dezembro de 2024, não houve manifestação por parte dos credores, ou quaisquer outras partes interessadas relacionada ao não cumprimento dessas cláusulas restritivas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito está representado por 13.192.861 (treze milhões, cento e noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e um) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelo acionista no montante de R\$ 13.192.861, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações	R\$	Participação
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I	13.192.861	13.192.861	100,00%
	13.192.861	13.192.861	100,00%

Foi aprovado em 21 de agosto de 2024, 1 (uma) transferência de ações advindas do acionista Solar 1 Energia SPE S.A., no montante total de R\$ 1,00.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

12.2. Reservas de lucros

12.2.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu o saldo dessa reserva em R\$ 145.499 (R\$ 114.760 em 2023).

12.2.2. Retenção de lucros

Após a destinação das reservas estatutárias e do dividendo obrigatório, a Administração da Companhia destinou a sobra do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 1.382.241 (R\$ 1.090.221 em 2023), para rubrica específica de retenção de lucros, que é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia e/ou futura adicional de lucros.

12.3. Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, já que o estatuto social da Companhia é omissivo quanto a determinação da porção dos lucros a ser classificada como dividendo mínimo obrigatório. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram destinados dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$ 1.382.241 (R\$ 1.090.221 em 2023). Adicionalmente, foram distribuídos lucros adicionais, no montante de R\$ 1.409.780 (R\$ 1.530.000 em 2023), se utilizando do saldo remanescente da 'Reserva de lucros retidos'.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta		
Serviços prestados	6.429.390	5.984.402
Deduções da receita		
COFINS sobre receita bruta	(192.882)	(179.532)
PIS sobre receita bruta	(41.791)	(38.898)
ISS sobre receita bruta	(31.736)	(25.284)
	(266.409)	(243.714)
	6.162.981	5.740.688

14. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Depreciações e amortizações	(1.053.482)	(1.053.247)
Seguros	(93.398)	(97.099)
Assessoria Interna	(46.055)	(92.497)
Locação de Bens	(100.800)	-
Amortização (Arrendamento)	(43.539)	(43.539)
Custo de garantia	(32.756)	(32.756)
Custo de supervisão	(23.641)	(22.680)
Software	(11.674)	(14.975)
Operação e manutenção	(68.075)	(12.672)
Outros Serviços	-	(1)
Outros Custos	(430)	-
	(1.473.850)	(1.369.466)

15. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Pró-labore	(33.888)	(31.536)
Contabilidade	(13.880)	(13.151)
Auditoria	(11.501)	(9.575)
INSS	(6.778)	(6.307)
Advocacia	(5.317)	(5.442)
Telefone e internet	(2.250)	(3.000)
Viagens e hospedagens	(3.835)	(2.798)
Taxa de conselho de classe	(5.866)	-
Correios	(353)	(810)
Cartórios	-	(173)
Material de expediente	-	(87)
Serviços prestados PJ	(230)	(15)
Serviços prestados PF	(15)	-
Outros	-	(2.455)
	(83.913)	(75.349)

16. Despesas tributárias

	2024	2023
IOF	(824)	(3.935)
Multas de Mora	(166)	(3.903)
Impostos e Taxas Estaduais	(4.659)	(3.790)
Impostos e Taxas Municipais	(24)	(343)
	(5.673)	(11.971)

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	162.201	180.057
Juros ativos	12	-
	162.213	180.057
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(1.096.143)	(1.452.291)
Juros sobre arrendamentos	(21.755)	(19.038)
Juros passivos	(420)	(6.699)
Despesas bancárias	(2.789)	(2.407)
	(1.121.107)	(1.480.435)
	(958.894)	(1.300.378)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2024	2023
Receita bruta total	6.429.390	6.052.357
(=) Resultado da aplicação da presunção de 32%	2.057.405	1.936.754
(+) Outras receitas operacionais	162.213	180.057
(=) Base de cálculo do IRPJ/CSLL	2.219.618	2.116.811
IR e CS às alíquotas da legislação		
Alíquota de 15% (IRPJ)	(332.943)	(314.260)
Adicional de 10% (IRPJ adicional)	(197.961)	(185.506)
Alíquota de 9% (CSLL)	(199.766)	(188.556)
IRPJ e CSLL no resultado	(730.670)	(688.322)
Alíquota efetiva	32,92%	32,52%

19. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo sob controle do acionista controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

19.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2024, a Companhia efetuou pagamentos a título de pró-labore, no montante de R\$ 33.888, aos membros da Diretoria, pelos serviços prestados no exercício.

Não houve qualquer outro pagamento de benefícios e/ou operações envolvendo o pessoal-chave da Administração.

19.2. Outras informações

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Não existem avais e garantias concedidas pela Companhia em favor de suas partes relacionadas.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2024, não existem processos judiciais contra a Companhia de perspectiva de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, muito embora, não se espera que existam passivos adicionais ou informações relevantes que não estejam divulgadas nessas demonstrações financeiras.

Ademais, no dia 8 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo (continuado) em matéria tributária. Após a devida análise pelos assessores jurídicos da Companhia de seus processos tributários em polo ativo e passivo em que ela é ou foi parte, não foi alcançado qualquer caso que possa ser impactado pela citada decisão sobre as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Classificação	2024	2023
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	Custo amortizado	478.203	573.609
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.289.618	1.021.364
		1.767.821	1.594.973
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	42.937	2.435
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	6.491.396	8.259.933
Obrigações tributárias	Custo amortizado	198.198	185.769
Obrigações trabalhistas e Previdenciárias	Custo amortizado	3.389	3.168
		6.735.920	8.451.305

23. Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

23.1. Gerenciamento dos riscos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve alteração na política de gerenciamento de riscos financeiros em relação ao exercício anterior.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, cortando o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

O 'Caixa e equivalentes de caixa' e 'Aplicações financeiras' da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de rating.

Tiradentes Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto rating para suprir com suas obrigações.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros, já que atualmente a Companhia possui apenas operações de empréstimos e financiamentos atrelados a taxas prefixadas que variam entre 5,5% e 6,5% a.a.

Operações com derivativos

A Companhia não realiza operações de hedge, swap, ou quaisquer operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

* * *

PAULO RICARDO
NASCIMENTO
MOURA:10390874426

Assinado de forma digital por
PAULO RICARDO NASCIMENTO
MOURA:10390874426
Dados: 2025.04.23 13:50:24 -03'00'

Lorena Times Rossi Ulisses
Diretora

Paulo Ricardo Nascimento Moura
Contador CRC-PE-028860/O-6

2024 TIRADENTES NEs.pdf

Documento número #aa21ed6b-8808-4385-834b-cc5018cacd1c

Hash do documento original (SHA256): b8173086c77e55c0b7da782247b7928b1d9c1edcd3c3752b76c39911f9293893

Assinaturas

Lorena Times Rossi Ulisses

CPF: 013.473.274-01

Assinou como parte em 23 abr 2025 às 17:38:40

Log

- 23 abr 2025, 17:26:50 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 criou este documento número aa21ed6b-8808-4385-834b-cc5018cacd1c. Data limite para assinatura do documento: 24 de maio de 2025 (19:40). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 23 abr 2025, 17:33:18 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 adicionou à Lista de Assinatura: lorena.rossi@casaforteinvest.com.br para assinar como parte, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lorena Times Rossi Ulisses e CPF 013.473.274-01.
- 23 abr 2025, 17:38:40 Lorena Times Rossi Ulisses assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail lorena.rossi@casaforteinvest.com.br. CPF informado: 013.473.274-01. IP: 187.1.168.150. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -8.1101414 e longitude -34.8996457. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1186.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 23 abr 2025, 17:38:43 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número aa21ed6b-8808-4385-834b-cc5018cacd1c.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº aa21ed6b-8808-4385-834b-cc5018cacd1c, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.